

A educação no contexto de crise do capital e as relações entre estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais

Education in the context of capital crisis and the relations between state, market and third sector in educational policies

La educación en el contexto de crisis del capital y las relaciones entre estado, mercado y tercer sector en las políticas educacionales

Maria Raquel Caetano*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense [IFSUL-RS] – Bra.

RESUMO

Este artigo analisa as relações entre o público e o privado no contexto de crise do capital em que se utiliza como estratégia o repasse das políticas de educação para o Terceiro Setor Mercantil. A educação entrou definitivamente para a agenda empresarial brasileira baseada na crença da maior eficiência e qualidade com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidade a todos. Dessa forma, o trabalho apresenta um movimento educacional organizado pelo empresariado que visa dar a direção da política e as reformas da educação no atual contexto histórico, político e social.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Terceiro Setor. Mercado. Estado. Todos Pela Educação.

ABSTRACT

This article analyzes the relations between the public and the private in the context of capital crisis of passing on education policies to the Third Mercantile Sector is used as strategy. Education has entered the Brazilian business agenda based on the belief of greater efficiency and quality with the objective of guaranteeing equality of opportunity for all. In this way, the work presents an educational movement organized by the entrepreneurship that aims to give the direction of the politics and the reforms of the education in the current historical, political and social context.

Keywords: Educational policies. Third sector. Marketplace. State. All for education.

RESUMEN

Este artículo analiza las relaciones entre lo público y lo privado en el contexto de crisis del capital, en que se utiliza como estrategia el traspaso de las políticas de educación para el Tercer Sector Mercantil. La educación entró definitivamente a la agenda empresarial brasileña, basada en la creencia de la mayor eficiencia y calidad con el objetivo de garantizar la igualdad de oportunidades a todos. De esta forma, este trabajo muestra un movimiento educativo organizado por el empresariado que busca dar la dirección de la política y las reformas de la educación en el actual contexto histórico, político y social.

Palabras-clave: Políticas educativas. Tercer sector. Mercado. Estado. Todos en la Educación.

Introdução

Este artigo parte do pressuposto de que a política educacional não é determinada pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças (PERONI, 2007) e que a crise que vivenciamos não é uma crise cíclica, mas uma crise estrutural do capital. Trata-se, portanto, de um sistema sociometabólico, conforme Mészáros, que organiza estruturas produtivas para encontrar recursos e saídas para sua expansão e acumulação, a partir de estruturas totalizantes de organização e controle social. Os componentes centrais desse sistema são o tripé capital,

trabalho e Estado. Nessa inter-relação, a completa sujeição do trabalho ao comando do capital constitui a questão central da dinâmica do processo de produção e reprodução social. E as políticas educacionais estão inseridas nesse contexto.

No contexto de crise estrutural, o capital cria estratégias para sua própria superação. O Neoliberalismo e a Terceira Via são estratégias utilizadas para superar a crise. Já o Terceiro Setor é utilizado pela Terceira Via para materializar o projeto do capital. Peroni (2008) destaca que as teorias Neoliberal e Terceira Via têm em comum o diagnóstico da crise do capital, de que o culpado é o Estado, mas propõem estratégias diferentes de superação: o Neoliberalismo defende a privatização; e a Terceira Via, o Terceiro Setor. "Nos dois, o Estado não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: um repassa para o mercado e o outro para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos" (PERONI, 2008, p. 2). O repasse das políticas sociais, neste caso, a educação, é firmado através de parcerias, que acontecem na medida em que há transferências de responsabilidades, assinalando que "esta transferência é chamada, ideologicamente, de parceria entre o Estado e a sociedade civil, com o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil." (MONTÃO, 2002, p.5).

Partimos do princípio de que a suposta neutralidade das estratégias assumidas para superar a crise do capital e as discussões educacionais vinculadas a elas não são desinteressadas, portanto, a neutralidade nesse contexto exposto é impossível. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre interesse individual e interesse geral. Ela não interfere nos interesses econômicos, nem se opõe ao Estado, ao contrário, ela atua através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, fazendo com que o Estado aprenda com as "qualidades" do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia, ou seja, aprenda sua visão hegemônica de mundo. Essa hegemonia é abordada a partir de Gramsci (1991) com o significado de organização do consenso. Ou seja, uma classe ou fração de classe no poder torna-se efetivamente hegemônica a partir do momento em que consegue obter,

[...] tanto por parte das classes aliadas quanto por parte das classes subalternas, uma identificação destas com o seu projeto ideológico de dominação; quando sua visão de mundo particular universaliza-se, sendo compartilhada como própria pelas demais classes. (GRAMSCI, 1991, p. 185).

Nesse sentido, abordamos a atuação dos empresários no Todos Pela Educação. Esse movimento visa legitimar a atuação do empresariado na educação, a partir da bandeira da qualidade, legitimando suas ideias, concepções e ações aceitas pela sociedade. Assim, o artigo tem como objetivo a análise do contexto de redefinição do papel do Estado, as estratégias adotadas para a educação a partir da Terceira Via e a ampliação do Terceiro Setor no Brasil, além da apresentação dos sujeitos individuais e coletivos e suas relações com o movimento Todos Pela Educação.

No desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e à análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema). Para isso, serão abordadas, neste estudo, as produções já realizadas por Caetano(2013,2015,2018); Peroni(2013,2015); Stephen Ball e Deborah Youdell (2008), Ball e Olmedo (2013), Mészáros(2002), Thompson(1981) e Wood(2003), além do aporte teórico de outros autores e pesquisas já realizadas pela autora. Buscamos seguir ainda as contribuições para análise de documentos e textos de Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.432) que [...] "devem ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua

articulação ou confronto com outros textos. Tal movimento, [...] com discursos produzidos em outros campos discursivos, demarca um novo terreno de análise". Visamos evidenciar, assim, a historicidade dos acontecimentos, contextualizando-os no tempo, no espaço e nas formações sociais concretas em que se materializam (CIAVATTA, 2009).

É a partir dessa questão que atentaremos para o movimento da política educacional a partir de uma articulação complexa entre o público e o privado. Essa articulação ganha amplitude teórica a partir do momento em que integra as políticas educacionais reformistas à Terceira Via e ao Terceiro Setor visando à formação dos trabalhadores através da educação pública.

A crise do capital

A educação está inserida em um movimento maior de reformas estruturais adotadas como estratégia para a superação da crise do capital. Mészáros define a crise como "crise estrutural profunda e cada vez mais grave, que necessita da adoção de medidas estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável" (MÉSZÁROS, 2011, p.3).

Para Mészáros (2002), a crise do capital reflete a destrutividade que esse sistema sociometabólico necessita adotar, posto que o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação, quando se põe qualquer restrição à sua efetivação. Segundo o autor, o capitalismo é um sistema inerentemente contraditório que evolui de maneira aparentemente incontrolável. Ele foi construído ao longo de um processo histórico, tornando-se um controle totalizante na medida em que todos os seres humanos devem se ajustar a ele com o risco de não sobreviverem. A característica de engolir a tudo e a todos lhe concede o caráter de dinamismo que, por sua vez, conduz à ineficácia, sem qualquer tentativa de controle. Como o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação, quando se põe qualquer restrição à efetivação dessas ele se mostra disposto a todo tipo de resposta, até mesmo no sentido de uma autodestruição anunciada, se necessário, para manter seus ganhos econômicos. Com a crise, o capital passa a avançar de maneira explosiva sob a natureza, o homem e o mundo do trabalho, criando uma situação insustentável.

Mas as contradições do sistema capitalista se manifestam em todas as esferas da vida. Segundo Harvey (1992), em um processo de mundialização crescente do capital, ele mesmo tenta superar as barreiras da sua própria acumulação. O processo de reestruturação produtiva das empresas é uma forma como a reestruturação do capital se apresenta, visando assegurar sua expansão e acumulação, inaugurando uma nova fase da acumulação do capital, a qual ele denominou de acumulação flexível. Partindo dessas considerações, Harvey (2011) realiza um profundo diagnóstico de como o capital se movimenta em busca do lucro por diferentes esferas de atividades que estão inter-relacionadas. As esferas de atividade são: 1) tecnologias e formas de organização; 2) relações sociais; 3) arranjos institucionais e administrativos; 4) processos de produção e de trabalho; 5) relações com a natureza; 6) reprodução da vida cotidiana e da espécie; e 7) concepções mentais do mundo. Destaca que, ao mesmo tempo em que estão interligadas, as esferas de atividade possuem uma lógica própria, evoluindo e se transformando em uma totalidade "socioecológica", complexa e dialética. O fato das esferas estarem interligadas, mas cada uma com uma lógica própria no processo evolutivo humano, produz tensões e contradições no capitalismo. "É o que leva, em determinado tempo e lugar, uma esfera se sobrepor a outra, assumindo o papel de vanguarda." (HARVEY, 2011, p.108).

A educação, historicamente, é afetada pela crise do capital e, conforme Mészáros (2008, p. 25), "poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados". Os desdobramentos são consequências das formas contemporâneas de avanço do capital e, entre elas, como parte de políticas neoliberais, estão as reformas da gestão pública e introdução da gestão gerencial como uma política que traz severas imposições ao Estado, à sociedade e à educação. É nesse contexto que as reformas

instituídas nos anos 90 do século passado pretendiam instaurar um novo modelo de administração pública, chamada de "administração pública gerencial", que alterou o modelo de gestão pública e, conseqüentemente, de gestão da educação e da escola.

Compreendemos que o contexto de redefinição do papel do Estado e as diferentes estratégias de gestão pública e privada que surgiram diante das reformas empreendidas, a partir de então, fundamentam-se na compreensão de que "qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro." (THOMPSON, 1981, p. 58). Ou seja, os contextos não são isolados; eles são resultados de processos históricos. Para entendermos o presente, é necessário compreendermos a que momentos históricos eles se relacionam.

As estratégias da crise

Os efeitos da crise estrutural do capital atingem as políticas sociais, entre elas a educação no que diz respeito ao financiamento e, como consequência, aos cortes no orçamento para a área. A PEC nº 55/2017, ao congelar por vinte anos o investimento público na área social, reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital. "Ela representa, sem dúvida, as forças sociais que golpearam a democracia brasileira e constitui-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão" (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.366). Dessa forma, "destrói o Estado como agente de garantia de direitos universais" (*Idem*, 2017, p.377).

Para Mészáros (2002, p.916), "[...] é a crise estrutural profunda do sistema do capital global que exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente [...]" o sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência e sua expansão. Com a reorganização do processo produtivo, a formação escolar do trabalhador passa a ser o centro das reformas, para o qual se requer novas qualificações e habilidades que lhe permita servir ao capital, com conhecimento suficiente para atender às demandas do novo processo produtivo e para controlar o conhecimento por quem domina economicamente e politicamente a sociedade.

Com esse diagnóstico de crise, os neoliberais afirmam que não é o capital que está em crise, mas o Estado. A estratégia é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. Para os neoliberais, caberá ao mercado superar as falhas do Estado (PERONI, 2009). A autora explicita o diagnóstico da crise para os neoliberais: o diagnóstico é que o Estado entrou em crise porque gastou mais do que devia para se legitimar, pois tinha que atender às demandas da população nas políticas sociais e, ao regulamentar a economia, atrapalhou a livre iniciativa do mercado.

Esse momento histórico, com suas especificidades no âmbito do modo de produção, necessita de uma ideologia para que tais particularidades sejam aceitas e incorporadas. "A crise fiscal é parte de um movimento maior de crise do capital e não a causadora da crise, como foi diagnosticado pelo neoliberalismo e pela Terceira Via" (PERONI, 2009, p. 2).

Conforme já mencionamos, os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais sobre o diagnóstico da crise. Para eles, o Estado gastou mais do que podia em políticas sociais e provocou a crise fiscal, mas as estratégias de superação são diferentes. Os neoliberais utilizam a privatização; e a Terceira Via, o Terceiro Setor. O neoliberalismo propõe o Estado mínimo, e a Terceira Via propõe reformar o Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Os dois querem diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das instituições públicas (PERONI, 2009). Além disso, o Estado foi considerado pela teoria

neoliberal ineficiente e “culpado” pela crise. Como a Terceira Via não rompe com esse diagnóstico, ela propõe repassar para a sociedade civil as políticas sociais executadas pelo Estado.

Para Giddens (1998), a Terceira Via se constitui como uma alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo, “para além da esquerda e da direita” que afirma, ainda, que os conceitos de direita e esquerda não morreram, apenas não são propostas viáveis frente ao quadro mundial atual, demonstrando a impossibilidade de outro sistema econômico se tornar hegemônico. Giddens (2001) afirma que a política da Terceira Via diz respeito à forma como os partidos de centro-esquerda devem responder a essas mudanças (também em seus aspectos ideológicos).

Essa reforma precisa ter como centralidade a ampliação da esfera denominada de pública não-estatal, ou seja, a ampliação dos mecanismos de parceria para que o Estado possa dividir responsabilidades e ações com o setor privado. Portanto, é nesse processo que também se inserem as instituições do Terceiro Setor. É através do ideário da Terceira Via que o Estado, não dando conta da sua função, abre espaço para as instituições não estatais, como ONGs, fundações, institutos caracterizadas como OSs, OSCIPs.

Essas instituições assumem, por vezes, o papel do Estado na execução de programas, projetos e ações. Como as demandas por educação vêm aumentando à medida que o direito à população começa a ser garantido de uma forma ou de outra, o Estado não apresenta condições de atender a toda a demanda e busca, então, por opção política, parcerias com o setor privado.

Conforme Lima, para viabilizar essas parcerias, “os incentivos fiscais podem ser mesclados com outras formas e regulamentação. Os incentivos positivos à filantropia, por exemplo, podem ter um papel tão significativo quanto o dos impostos na transmissão direta de riqueza” (GIDDENS, 2001, p. 105). O Estado cria ordenamentos políticos e jurídicos que favorecem tanto o envolvimento da sociedade civil, quanto a privatização de setores estratégicos, estimulando e expandindo o setor privado. Isso ocorre, por exemplo, através da renúncia fiscal, do repasse de dinheiro público através de convênios, parcerias, contratos de gestão ou outras formas de favorecimento a essas instituições.

É importante destacar que a promoção da Reforma do Estado (Emenda Constitucional 19/1998), sua consequente lei das Organizações Sociais (9.637/98) e a lei das Parcerias Público-Privadas (11.079/2004) fornecem os instrumentos jurídicos para que as parcerias encontrem amparo legal e tentem se afirmar como legítimas (GAWRYSZEWSKI *et al*, 2017). Tramita, ainda, no Senado, o Projeto de Lei 739/2015, que institui a permissão para que as organizações sociais que possuam contratos de gestão com o poder público recebam recursos do FUNDEB. Na justificativa, evoca-se que tal medida atenderá a introdução de “práticas modernas de gestão na educação” (BRASIL, 2015). Giddens, contribuindo com essa proposta, afirma que mercados flexíveis são essenciais para que se reaja com eficácia à mudança tecnológica. A expansão das empresas não deve ser obstruída por demasiados regulamentos e restrições (2001, p. 16).

O papel do Estado, portanto, é “tentar criar a estabilidade macroeconômica, promover o investimento em educação e infraestrutura, refrear a desigualdade e garantir oportunidades para a realização pessoal dos indivíduos” (GIDDENS, 2001, p.166), através da regulamentação das ações do setor privado, do estímulo e colaboração da sociedade civil. Esta última é representada pelo Terceiro Setor e as organizações não governamentais, fomentando a responsabilidade social dos empresários por meio de incentivos fiscais.

A sociedade civil constitui-se como um elemento político fundamental para a Terceira Via, como um espaço de ajuda mútua, de solidariedade, de fundamento da cidadania e de diluição das fronteiras entre público e privado, ou seja, “a sociedade civil deve assumir tarefas que não podem ser realizadas pelo Estado”. Segundo Giddens (2001, p. 29), “temos de descobrir novas formas de defender o espaço público e redefinir as fronteiras entre o público e o privado”. Portanto, com base nas argumentações anteriores, o Terceiro Setor vem atuando no espaço do

Estado, ou porque ele renuncia ao seu papel ou porque ele não consegue atender às demandas da sociedade e precisa repassar a execução das políticas públicas para outras instituições e organizações da sociedade e/ou do mercado. Para Pereira, o público não-estatal está além da propriedade privada e da propriedade estatal existentes hoje no capitalismo. De acordo com o teórico,

[...] está claro que o público não pode ser limitado ao estatal, e que fundações e associações sem fins lucrativos e não voltadas para a defesa de interesses corporativos, mas para o interesse geral, não podem ser consideradas privadas. [...] Na verdade são entidades públicas não-estatais (ou seja, são entidades sem fins lucrativos, são organizações não governamentais, organizações voluntárias). (PEREIRA;GRAU, 1998, p. 67).

O molde comum a todas essas designações é a de organização não-estatal sem fins lucrativos, cuja finalidade é a de executar serviços de interesse público, de natureza concorrencial, com financiamento público e métodos de funcionamento do setor privado. Utilizando o Terceiro Setor como estratégia, especialmente a partir dos anos 90, o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se no papel de regulador e provedor ou promotor desses, principalmente dos serviços sociais, como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento na medida em que envolvem investimento em capital humano. Como promotor desses serviços, o Estado continua a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade, configurando-se como público não-estatal. Peroni alerta que "verificamos dois movimentos que concretizam a passagem da execução das políticas sociais para o público não-estatal: ou através do público que passa a ser de direito privado ou o estado faz parcerias com instituições do Terceiro Setor". (PERONI, 2007, p.12).

A ideia é a parceria público-privada, que, segundo Giddens (2001, p. 109), ocorre tanto para a execução das políticas sociais quanto para o mercado. Dessa forma, propõe "uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público". O caráter não governamental assumido pelo Terceiro Setor aponta uma importante questão na medida em que essas organizações têm um poder cada vez maior. Segundo Fernandes, "formam um mercado de trabalho específico, influenciam a legislação em seus mais variados domínios e condicionam os orçamentos dos governos, das empresas e dos indivíduos" (FERNANDES, 1984, p. 24).

Confirmando os pressupostos anteriores, Montañó (2003, p. 53), apresentando o termo Terceiro Setor, esclarece que foi "cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe nas transformações necessárias à burguesia". Não existe um consenso sobre sua origem, "nem sobre sua composição e características, pois pode abranger desde as organizações não governamentais até fundações e atividades sociais em qualquer âmbito, reunindo organizações formais e até atividades informais" (MONTAÑO, 2003, p. 53).

Analisando o Terceiro Setor na América Latina, no Foro Latino-Americano de Políticas Educativas – FLAPE, em um estudo sobre o Brasil, Renato Ferreira (2009) conclui que o Terceiro Setor é essa nova forma de agir e pensar a educação e se desenvolve por ONGs e outras entidades. Esses novos agentes educacionais pertencem a uma rede de articulação privada em torno da educação. Ganham grande espaço na mídia e desenvolvem trabalhos com comunidades carentes, favelas, entre outros. Possuem, muitas vezes, amplos aportes de recursos públicos e acabam por substituir o Estado como a principal agência na construção do direito à educação.

Segundo o autor, o Terceiro Setor está capilarizado por todo o país, estabelecendo-se como uma ampla rede privada de intervenção na educação, sobretudo na arena da disputa por recursos públicos. No estudo, Ferreira aponta que, hoje, as exigências e atuações desse grupo ocupam mais espaço na mídia e impactam mais na sociedade brasileira do que a atuação dos próprios sindicatos, exclusivamente na reivindicação justa de melhores salários e condições de trabalho. "Por outro lado, ONGs se multiplicam, ampliando o poder da esfera privada na elaboração e execução das políticas públicas" (FERREIRA, 2009, p. 5).

Nesse contexto, a sociedade civil é situada como esfera pública não-estatal, espaço que possibilitaria reorganizar os recursos do Estado e da sociedade para atender às demandas da população. O movimento que envolveu a sociedade civil reduziu-a a um recurso gerencial, considerando que interesses, grupos, indivíduos e comunidades foram chamados a participar no dever de se organizarem, de forma autônoma, legalizados para receber recursos, dar sustentabilidade e, muitas vezes, executar as políticas públicas. Ou seja, fortalece-se uma sociedade civil voltada à cooperação, à parceria, à colaboração, à ação construtiva e não ao campo de lutas e oposições.

Problematizando o tema, para Wood (2003), a sociedade civil constitui-se em um termo polissêmico e polêmico, nos tempos atuais, pois, geralmente, é usado para: identificar uma arena de liberdade fora do Estado, um espaço de autonomia, de associação voluntária, de pluralidade e mesmo de conflito; designar a multiplicidade plural e heterogênea da sociedade moderna contra as coerções do Estado e a economia capitalista; e representar uma esfera maior de instituições e relações não estatais, como lares, sindicatos, associações voluntárias, hospitais, igrejas, mercado e empresas capitalistas. Para Wood (2003), essa redução do conceito pode ocultar as formas de dominação capitalista na sociedade. Portanto,

Sociedade civil pode ser entendida como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode se juntar a outros bens menos ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais, como um objetivo desejável acima de qualquer dúvida. O perigo está no fato de a lógica totalizadora e o poder coercitivo do Capitalismo se tornarem invisíveis. [...] Essa redução é, de fato, a principal característica distintiva da sociedade civil nesta nova encarnação. (WOOD, 2003, p.210).

Em uma análise mais geral, o crescimento do Terceiro Setor reflete um conjunto de mudanças aliado à crise de confiança na capacidade do Estado. Assim, acreditamos que as instituições alternativas possam atender melhor às necessidades humanas, já que esse processo ocorre tanto em regimes democráticos quanto autoritários, bem como em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As entidades do chamado Terceiro Setor têm ocupado, no Estado brasileiro, o papel de executoras das políticas sociais, especialmente daquelas das quais o Estado se retira ou com que faz parcerias. Nesse caso, o Terceiro Setor entra onde o Estado não atua, abrindo espaço para que essas instituições ocupem um papel central na condução das políticas públicas, aliviando as pressões da população sobre o Estado, conforme já citamos.

A crença de que a sociedade civil carrega virtudes contrapostas aos vícios estatais nem sempre é verdadeira. O empresariado brasileiro também se intitula sociedade civil assim como os movimentos populares. O conceito de sociedade civil é muito complexo. Percebemos a preferência pelo repasse das funções estatais para as mãos da sociedade civil, em especial na execução das políticas públicas em várias áreas sociais como saúde, educação e assistência social. Essa hipótese também permite explicar, em parte, a adesão do governo a políticas de inspiração privada como as parcerias com instituições do Terceiro Setor para a execução de programas na área educacional. Ainda vamos adiante: mais do que executar, permite "pensar" os programas educacionais, para que estados, municípios e escolas os executem como pacotes fechados.

Tendo em vista a hegemonia do empresariado e da mídia tradicional sob parte da população, a apontada ineficiência do padrão de gestão vigente na educação pode ser salva com os mecanismos de gestão da esfera privada, que são reconhecidos como capazes de responder à necessidade de melhoria dos índices educacionais e, ao mesmo tempo, não aumentar os gastos do Estado, inserindo na educação a lógica do mercado, formando um quase-mercado. A alternativa encontrada foi a de introduzir concepções de gestão privada nas instituições públicas sem alterar a propriedade dessas através de parcerias, contratos de gestão, entre outros. É inegável que a qualidade possui papel de destaque nos discursos em prol da educação, mas a qualidade de escola pública e democrática que estamos afirmando não é a mesma qualidade que está no discurso do Instituto Ayrton Senna, da Fundação Itaú Social, Fundação Lemann e do Instituto Unibanco, que se unem com outras instituições a um organismo chamado Todos Pela Educação, intitulando-se instituições do Terceiro Setor. Portanto, qual o conceito de educação dessas instituições?

Defendemos a educação com qualidade social para a formação do sujeito integral, diferentemente da educação que visa apenas resultados para os *rankings* como quer o empresariado. Ao tratar dos projetos em curso na sociedade e do interesse do capital pela educação, Freitas faz algumas advertências sobre não podermos “aliar a necessária flexibilidade da luta política a uma confusão ideológica originada por uma suposta falta de referência” (FREITAS, 2005, p.141). Segundo o autor,

[...] várias bandeiras de luta progressistas estão sendo levantadas pela “nova direita”, como se tivéssemos, todos, uma identidade ideológica; como se pudéssemos apagar os projetos históricos e caminhar todos juntos num “esforço coletivo pela educação”. Teremos que aproveitar esse novo interesse do capital pela educação, mas à luz do projeto histórico claro e compromissado com a maioria do povo, cuja miséria só tem aumentado. (FREITAS, 2005, p.141, grifos do autor).

É preciso refletir sobre o papel dessas instituições pela possibilidade de ver seus programas abraçados e legitimados pelo Ministério da Educação e pela sociedade, e o que eles podem representar para a consolidação de um projeto de nação, sedimentado em bases gerencialistas cujas propostas objetivam o pleno desenvolvimento econômico do Brasil com a inserção de conteúdos que efetivem esse objetivo. Concordamos com Wood (2003) quando indaga como a democracia deixou de ser uma palavra má e foi incorporada pela classe dominante no capitalismo. Em resposta, assinala que a classe dominante se adaptou às novas condições, tanto políticas quanto ideológicas assumindo uma nova postura perante o Estado, ou seja, aliando-se a ele.

As redefinições que o Estado vem realizando, nas últimas décadas, enfocam basicamente uma reestruturação no papel do Estado. Os documentos analisados e as pesquisas até então realizadas procuram demonstrar essa redefinição a partir das reformas que vêm ocorrendo na administração pública brasileira mudando substancialmente a forma de gestão adotada pelo Estado e aproximando-se do setor privado. Essas mudanças não ocorrem no vazio. Elas são influenciadas pelas reformas mundiais, em especial a partir do referencial da Terceira Via que já apresentamos. A introdução do Terceiro Setor na execução das políticas sociais, em especial na educação, vem trazendo consequências que alteram as estruturas e a lógica da educação e também da gestão educacional.

Se por um lado a luta por uma escola pública, laica e democrática ocorrida nos anos 80 revigorou o debate sobre a educação e a gestão democrática, a partir dos anos 90 esse debate passou para a garantia do direito à educação, não só pelo acesso à educação, mas, principalmente,

pelo acesso ao conhecimento desenvolvido pela escola (PERONI; CAETANO, 2015). E esse acesso ao conhecimento está na mira do capital atualmente, através de programas, plataformas digitais, metodologias, material didático, formação de professores e seminários com o objetivo de manter a hegemonia de determinada classe, a dos empresários da educação e a todos que eles representam. É importante destacar que esses sujeitos se prepararam para se qualificar junto ao capital como intelectuais orgânicos, valendo-se tanto das universidades públicas consagradas no Brasil, quanto de cursos no exterior e atuações nas agências internacionais. Participam também de uma rede de associações corporativas como LIDE, GIFE, Parceiros da Educação, Parceiros Voluntários e Todos Pela Educação.

Ocupam ora o Estado, ora o mercado, atuando para que as políticas estatais se voltem para a satisfação dos interesses hegemônicos do capital e não dos setores populares. Para esses, ao contrário, criaram e fomentaram ONGs, institutos e fundações voltadas para formas de convencimento que incutem a ideia de que são de responsabilidades desses setores a melhoria das áreas sociais sob a designação de "solidariedade", "responsabilidade social", "participação", "parceria", entre outros. Assim, ampliaram, nos últimos anos, mediante posições ocupadas tanto na sociedade civil quanto na política, suas redes de relacionamento, legitimando suas influências perante a sociedade e o Estado brasileiro, cuja premissa principal foi a de que o Estado era burocrático e um obstáculo ao livre andamento do mercado.

A crise do capital apresenta estratégias híbridas para sua superação, ora se utilizando das privatizações como a venda das estatais e dos recursos naturais, ora repassando as tarefas do Estado para o Terceiro Setor através de parcerias público-privadas, "confundindo frequentemente sociedade civil com mercado e classe empresarial" (LIMA, 2013, p.180). Como já abordamos, a Terceira Via não rompe com o diagnóstico de crise, embora apresente estratégias diferentes.

O hibridismo marca, atualmente, as políticas educacionais, as esferas pública e privada, os sujeitos e as agências com capacidades e recursos para interferirem na educação (LIMA, 2013). As reformas educacionais em curso no Brasil redefinem também as formas de compreender a gestão da educação e da escola introduzindo novos elementos, como as parcerias público-privado, a gestão por resultados, o voluntariado, a terceirização e, também, o que chamamos de privatização, trazendo implicações à educação e à escola. A privatização da educação envolve uma variedade de processos e podem ser chamados de guarda-chuva perfeito,

[...] pois enquanto o propósito subjacente e as lógicas de gestão da educação são garantidos de acordo com a lógica de mercado, dada a presença do setor privado como responsável pela oferta, o Estado assegura o ambiente político favorável e, o mais importante, o seu financiamento (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1143).

Se as diferentes formas de privatização implicam, de certa forma, no afastamento do Estado da oferta direta de educação, por outro lado ele atua na regulação e avaliação dos serviços educacionais (ROBERTSON, 2012, p.292). As implicações para a educação ocorrem na redução da participação e autonomia na elaboração das propostas educacionais como abordaremos a seguir trazendo como exemplo o Todos Pela Educação e os sujeitos que atuam para dar direção às políticas educacionais no atual momento histórico, político e social.

As relações com o mercado e o Movimento Todos pela Educação - TPE

As relações entre o Estado e o mercado avançam e contribuem para a redefinição da natureza do próprio Estado (BALL, 2014). O Estado, ao mesmo tempo em que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados oportunizando novos negócios, e as reformas

educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. As soluções para problemas públicos foram compreendidas pelas empresas privadas originando um mercado de serviços e produtos educativos privilegiando soluções privadas. Surgem os empreendedores de políticas, conforme observa Ball (2014), que incluem capacidade intelectual, conhecimentos de políticas, liderança e habilidade de formação de equipes, contatos e habilidades estratégicas, tudo isso organizado rapidamente para enfrentar grandes desafios. Junto a isso, os novos filantropos (BALL, 2014) buscam impactos e resultados dos seus investimentos através de resultados mensuráveis e o retorno dos seus investimentos. Nesse contexto, o mercado passa a ser o parâmetro de qualidade para os problemas sociais.

Uma das questões fundamentais é a divulgação do pensamento hegemônico de modelos baseados em empresas e ideias de uma determinada classe que esses sujeitos representam, alterando o conteúdo da educação. As políticas educacionais são instrumentos de disputa entre redes globais, instituições nacionais, organismos e empresas internacionais, ONG, *think tanks*, consultores e especialistas, empreendedores sociais, filantropos em que "diversos discursos fluem e ganham legitimidade e credibilidade" (BALL, 2014, p. 34) ou atuam através de consensos entre elas em um mesmo projeto ou em uma mesma rede como apresentaremos no movimento Todos Pela Educação.

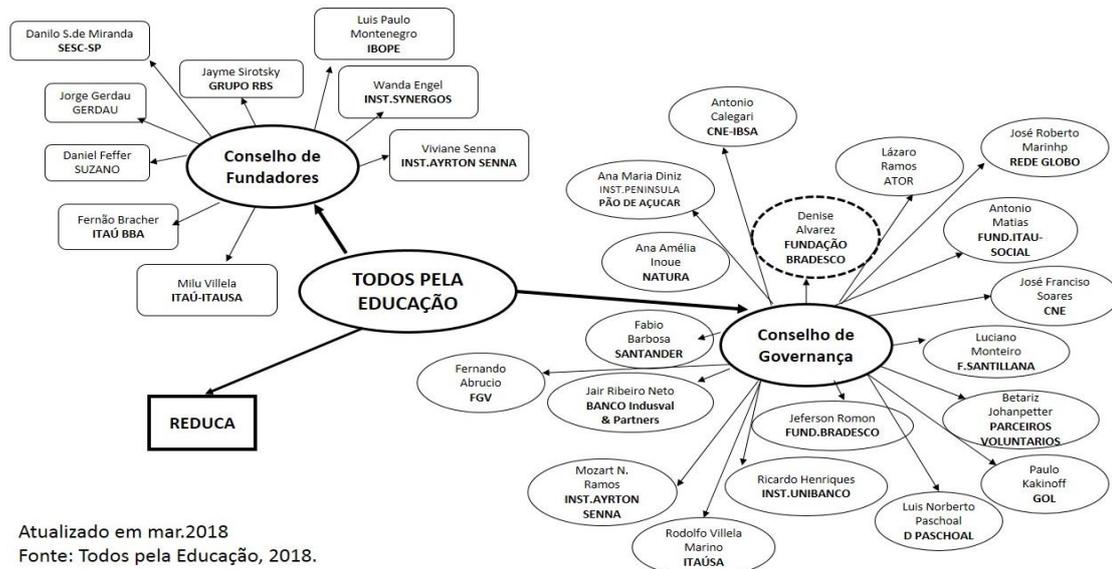
O TPE se apresenta como um movimento da sociedade brasileira que tem como propósito melhorar o país impulsionando a qualidade e a equidade da educação básica. Foi fundado em 2006 e, conforme o *site*, é apolítico e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma educação de qualidade para todos. Em 2014, o movimento teve seu estatuto reformulado, qualificando-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

Seu principal objetivo é incidir em políticas públicas para a Educação Básica brasileira, em nível nacional, a partir da bandeira do direito à qualidade da educação. Para isso, propõe cinco metas a serem alcançadas até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. No Estatuto Social do TPE, no Capítulo IV, artigo 10, são apresentadas quatro categorias de associados: associados fundadores; associados mantenedores (pessoas físicas ou jurídicas) que se comprometem a contribuir financeiramente; associados institucionais que são pessoas jurídicas que detêm notória e relevante capacidade de articulação de forças sociais em benefício da educação (convidadas a participar do TPE); e associados efetivos representados por pessoas físicas.

Vários autores pesquisaram o TPE (HATGGE, 2017; MARTINS, 2009; MARTINS, 2013; ROSSI, BERNARDI e UCZAK, 2017), abordando a participação do empresariado no movimento. Neste artigo, apresentaremos as relações desses empresários e a forma de atuação a partir de Thompson (1981). Para o autor, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições. Prossegue o autor afirmando que: "Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência. Por 'relações determinadas' indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares." (THOMPSON, 1981, p. 111). Em relação aos sujeitos que participam do TPE, conforme Peroni *et al.* (2015), destacam-se várias instituições e sujeitos ligados a organizações empresariais e ao Terceiro Setor que atua como *think tanks* na área educacional.

Para compreendermos as relações entre os sujeitos individuais ou coletivos, apresentaremos com quem o TPE estabelece relações de parceria e, na sequência, as relações que os membros do conselho de governança e de fundadores mantêm atualmente com instituições privadas. Destacamos que houve modificações nos conselhos, em que sujeitos individuais e coletivos se movimentam desde a formação inicial. Instituições privadas e demais organizações ocupam diferentes posições no TPE, sendo que alguns sujeitos individuais foram substituídos, mas as empresas que eles representam permanecem no movimento.

Figura 1 – Relações entre sujeitos individuais e coletivos no TPE



Fonte: Todos Pela Educação, 2018. Elaborado pelo autor, 2018.

Os sujeitos que participam do Conselho de Fundadores e de Governança são sujeitos históricos em relação a outros sujeitos, que defendem interesses individuais ou coletivos. Por isso, é necessário estudá-los nas relações que estabelecem com indivíduos ou grupos (PERONI; CAETANO, 2015). No Conselho de Fundadores, é possível visualizarmos representantes de grandes corporações como Gerdau, Itaú, Suzano, Synergos, Instituto Ayrton Senna, além do Grupo RBS, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul, e do Ibope, instituto de pesquisas que atua em diversos segmentos. Essas instituições que têm princípios e práticas empresariais não têm *expertise* na área educacional. No entanto, influenciam na política educacional brasileira.

É importante destacar que o Grupo Synergos mantém duas redes globais: a *Senior Fellows* e a *Global Philanthropists Circle*. O Instituto Synergos tem como fundadora a filha do banqueiro David Rockefeller, Peggy Dulany. No Brasil, atua através de parcerias público-privadas na educação, como o Pacto pela Educação do Pará. No Conselho de Governança, além das instituições financeiras, como Unibanco, Itaú, Santander, Bradesco e Banco I&P, a Fundação Santillana, braço da Santillana e Prisaque, possui alianças com a UNESCO, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE e Organização dos Estados Interamericanos-OEI. São produtos do grupo Santillana a Editora Moderna que produz e comercializa livros didáticos, as marcas Avalia Educacional, Smart Lab e o Sistema Uno de materiais didáticos, plataformas digitais, processos de gestão e avaliação para escolas públicas e privadas. Isso já justificaria seu interesse em fazer parte do TPE.

O Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Lemann e o Instituto Península mantêm parcerias com redes públicas de ensino para diversos programas na área educacional. Também possuem outros parceiros. São parcerias privadas a partir de parcerias público-privadas que mantêm os programas nos sistemas públicos.

O conselho de governança possui um integrante que representa a Fundação Getúlio Vargas e dois integrantes do Conselho Nacional de Educação, responsável pela aprovação das principais políticas que estão no centro de disputas entre o público e o privado: o Ensino Médio e a Base Nacional Comum. Destacamos dois sujeitos que integram o Conselho de Governança do TPE: um é Ricardo Henriques, que foi secretário da SECAD/MEC (2004-2007) durante o governo Lula e é, atualmente, o superintendente do Conselho de Governança do Instituto Unibanco; e o outro é Mozart Neves Ramos que fez carreira pública como professor e reitor da Universidade Federal de Pernambuco, sendo secretário de Educação daquele estado, entre 2003 e 2006, na gestão de Mendonça Filho, atual Ministro da Educação. Presidiu a Andifes, o Consed e foi membro do CNE. Atualmente, é diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna e integra o Conselho de Governança do TPE, do qual já foi presidente.

Concordamos com Martins (2009) ao afirmar que o TPE visa fortalecer, no meio empresarial, a importância de um organismo com capacidade para defender interesses de classe e intervir na definição de políticas educacionais do Estado. Esses empreendedores de políticas, conforme observa Ball (2014), incluem capacidade intelectual, conhecimentos de políticas, liderança e habilidade de formação de equipes, contatos e habilidades estratégicas (*idem*, p.41), tudo isso organizado rapidamente para enfrentar grandes desafios. Junto a isso, os novos filantropos (BALL,2014) buscam impactos e resultados dos seus investimentos através de resultados mensuráveis e o retorno dos seus investimentos. Nesse contexto, o mercado passa a ser o parâmetro de qualidade para os problemas sociais, já que, na avaliação do TPE, o Brasil,

[...] apesar dos esforços recentes, não apresenta eficiência no que se refere às políticas para educação por dois motivos principais: incapacidade de definir mecanismos de acompanhamento e de avaliação; imprecisão no estabelecimento de objetivos quantitativos parciais e finais de seus projetos. Em síntese, para o TPE, as boas intenções políticas seriam prejudicadas pela incapacidade técnico-operacional dos governos e pela falta de instrumentos democráticos de controle social. (MARTINS, 2009, p.25 e 26).

O movimento Todos Pela Educação participa da Rede Reduca - Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação - que foi lançada em 2011, em Brasília, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a União Europeia (<http://www.reduca-al.net/nosotros>). A rede propõe a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos conjuntos para a construção de mobilização regional, influenciando nas políticas públicas e propõe soluções aos principais desafios educacionais de cada país. A rede é formada por organizações sociais de 14 países latino-americanos que compartilham a mesma missão. Destacamos que, no site da rede, no Peru e na Guatemala, o nome do programa é Empresários Pela Educação.

As redes globais constroem relações articulando governos, instituições do Terceiro Setor e empresas privadas, envolvendo projetos empresariais e sociais no âmbito da gestão, propondo resultados a serem alcançados e modificando a cultura educacional. Essas instituições apresentam como pontos em comum a ideia na sociedade civil organizada e não restrita a grupos profissionais de Educação; atuação de caráter nacional; crença na Educação como caminho para o desenvolvimento do País; e defesa da qualidade da Educação, mas sem especificar métodos pedagógicos.

O TPE tem buscado dialogar com tais movimentos. Ao mesmo tempo em que apresenta seu ideário, procura trocar conhecimentos e aprendizados, destacando-se nesse intercâmbio de ideias com as nações vizinhas. Podemos dizer que a inserção na e da "sociedade civil" é, "na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial" (MARTINS, 2009, p.26). Nesse movimento da rede, a atuação dos empresários, intitulados como sociedade civil, "se afirma como referência ideológica que assegura a unidade política no trabalho de legitimação da sociedade capitalista e de um projeto de educação para as massas" (MARTINS, 2009, p.26).

Considerações finais

O capital se dispõe a todo tipo de resposta, até mesmo à autodestruição anunciada para manter seus ganhos (MÉSZÁROS, 2002). Faz parte desse processo a desqualificação da educação pública como instituição que atende a maioria do povo brasileiro. A solução é apresentada pelos empresários com propostas mercadológicas que visam salvar a educação, em uma construção hegemônica de projeto educacional para a sociedade, como o movimento Todos Pela Educação.

Com base nas múltiplas relações com o contexto em que se deu a redefinição do papel do Estado a partir dos anos 90 do século passado até o momento atual, constatamos que essas redefinições do Estado fazem parte de um processo maior inserido na crise do capital que se introduziu. Utiliza como estratégias o Neoliberalismo e a Terceira Via modificando as formas de gerir o público, embora com conceitos distintos, interligados em um emaranhado híbrido para que o projeto do capital se instalasse nas estruturas do Estado, imprimindo sua lógica. As estratégias utilizadas são diferentes: a Terceira Via utiliza o Terceiro Setor, repassando a execução das políticas sociais – nesse caso a educação - para as instituições privadas ou ONGs.

A partir da reforma do Estado instituída nos anos de 1990, essas instituições do Terceiro Setor, as quais chamamos de mercantil, passam a assumir um papel preponderante com o estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar soluções humanizadoras do capital e projetos que se inscrevem na agenda de atualização política e econômica, partilhando responsabilidade das questões sociais com a sociedade. Para operacionalizar essa estratégia, iniciativas como aproximar a noção de sociedade civil à de Terceiro Setor e legitimar a responsabilidade social empresarial são postas em movimento, resultando na organização de empresários orientados para as questões sociais.

Com essa perspectiva, organizações privadas sem fins lucrativos se apresentam como sujeitos individuais e coletivos capazes de intervir em questões sociais no país. Elas advogam a necessidade do fortalecimento de suas instituições para provimento de serviços de interesse público por meio de legislação favorável às ações que promovem como a isenção ou renúncia fiscal. Os empreendedores de políticas e os filantropos no Brasil já vinham utilizando os sistemas públicos como laboratórios para seus projetos. Mas, a partir de 2006, movimentos como o Todos Pela Educação ganharam força a partir das relações que estabeleceram como em uma rede. Foi o momento oportuno para que pudessem, através do Estado, implantar seu projeto hegemônico, de classe, para a educação, tendo como pretexto os resultados, a modernização e a inovação.

O processo de hegemonia que marca o Todos Pela Educação, movimento estratégico do empresariado, contribui com a legitimação da cultura empresarial nas políticas educacionais. Em consequência, a educação como um direito passa a ser vista como um serviço.

Referências

- BALL, S. *Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa, UEPG, 2014.
- BALL, S.; OLMEDO, A. A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V. (Org.). *Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Líber Livro, 2013. P. 33-47.
- BALL, S.; JUNEMANN, C. *Networks, New Governance and Education*. Bristol: Policy Press, 2012.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado :o público não estatal. In Bresser-Pereira.L.C. e Grau, Nuria Cunill (org). *O público não-estatal na reforma do estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.
- CAETANO, M. R. O Ensino Médio no Brasil e o Instituto UNIBANCO: um caso de privatização da educação pública e as implicações para o trabalho docente. *Revista Educação e Emancipação*, v. 9, p. 122-139, 2016.
- CAETANO, M. R. Ensino Médio no Brasil e privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. *Universidade e Sociedade*, Brasília, v. XXIV, p. 84-99, 2015.
- CIAVATTA, M. Estudos Comparados: sua epistemologia e sua historicidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 129-151, 2009.
- FERREIRA, R. Las desigualdades educativas en América Latina. Síntesis del estudio del Brasil. *Foro Latinoamericano de Políticas Educativas – FLAPE*, 2009. Disponível em: http://www.forolatino.org/flape/boletines/boletin_referencias/boletin_30/documentos/2.pdf. Acesso em: 21.10.2017.
- FREITAS, L. C. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.
- FREITAS, L. C. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. 7. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2005.
- GAWRYSZEWSKI, B.; MOTTA, V. C. da; PUTZKE, C. K. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 728-748, set./dez. 2017.
- GIDDENS, A. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011
- LIMA, L. C. Apresentação dossiê – Privatização da educação no contexto da(s) "Terceira(s) Via(s)": uma caracterização em análise. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/ago. 2013.
- MARTINS, A. S. "A educação básica no século XXI: o projeto do organismo 'Todos pela Educação'", *Práxis Educativa*, v.4, n.1, Ponta Grossa, jan-jun. 2009, pp.21-28.
- MARTINS, A. S. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar para o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Crise estrutural necessita de mudança estrutural*. Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro. Salvador, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002. 287 p.
- MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.
- MORALES, C. A. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. *Revista do Serviço Público*, ano 49, n. 4, out./dez. 1998.
- MOTTA, V. C. da. FRIGOTTO. Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.
- PERONI, V.M.V. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.
- PERONI, V.M.V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO Ludimar (Org.). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-24.
- PERONI, V.M.V. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: *Revista SIMPE – RS*, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.
- PERONI, V.M.V. Redefinições no Papel do Estado e o Público Não-Estatal: implicações para a democratização de direitos materializados em políticas sociais. In: MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Erica Bomfim (Org.). *A Face Privada na Gestão das Políticas Públicas*. Porto Alegre: FIJO, 2014. p. 182-209.
- PERONI V. M; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação Projetos em disputa? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PERONI V. M. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A Origem das Parcerias Público-Privada na Governança Global da Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v.23, n.2, jul/dez.2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

* Doutora em Educação. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSUL-RS. E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com

Recebido em 10/04/2018

Aprovado em 10/05/2018